

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: PRINCÍPIOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA UMA ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

DEMOCRATIC SCHOOL MANAGEMENT: PRINCIPLES, CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR PARTICIPATORY ADMINISTRATION IN CONTEMPORARY EDUCATION

GESTIÓN ESCOLAR DEMOCRÁTICA: PRINCIPIOS, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA UNA ADMINISTRACIÓN PARTICIPATIVA EN LA EDUCACIÓN CONTEMPORÁNEA

Pedro Henrique Pereira¹, Danylo Coimbra Matos², Jhonatas Silva Ferreira³

DOI: 10.54899/dcs.v23i91.5898

Recibido: 20/05/2026 | Aceptado: 11/06/2026 | Publicación en línea: 18/06/2026.

RESUMO

A gestão escolar democrática constitui um dos fundamentos centrais da organização educacional contemporânea, articulando participação coletiva, descentralização do poder e comprometimento com a qualidade da educação pública. Este artigo objetiva analisar os princípios, os desafios e as perspectivas da gestão escolar democrática no contexto brasileiro, com ênfase nas condições institucionais, políticas e culturais que favorecem ou dificultam sua efetivação nas escolas públicas. Trata-se de uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, fundamentada em produções científicas publicadas entre 2018 e 2024, indexadas em SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico. Os resultados evidenciam que, apesar do robusto arcabouço normativo representado pela Constituição Federal de 1988, pela LDB/1996 e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), a concretização da gestão democrática ainda enfrenta barreiras significativas, como a persistência de práticas autoritárias, a fragilidade dos conselhos escolares e a instabilidade dos gestores diante das pressões políticas locais. Conclui-se que a formação específica dos gestores escolares, o fortalecimento dos mecanismos de participação comunitária e a garantia de autonomia pedagógica e financeira às escolas são condições indispensáveis para a consolidação de uma gestão verdadeiramente democrática e comprometida com a equidade e a qualidade educacional.

Palavras-chave: Gestão Escolar Democrática. Participação Comunitária. Conselhos Escolares. Autonomia Escolar. Políticas Educacionais.

¹ Mestre em Engenharia Elétrica, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Professor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: pedro.pereira@ifmt.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8418-8367>

² Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil.

E-mail: Danylo.matos@ufes.br

³ Mestre em Educação, Universidade de Brasília (UnB), Licenciado em Estudos Sociais (UPIS), Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: naicegun@gmail.com

ABSTRACT

Democratic school management constitutes one of the central foundations of contemporary educational organization, articulating collective participation, decentralization of power and commitment to the quality of public education. This article aims to analyze the principles, challenges and perspectives of democratic school management in the Brazilian context, with emphasis on institutional, political and cultural conditions that favor or hinder its realization in public schools. This is a qualitative bibliographic review based on scientific publications from 2018 to 2024, indexed in SciELO, CAPES Periodicals and Google Scholar. Results show that, despite the robust normative framework represented by the 1988 Federal Constitution, the LDB/1996 and the National Education Plan (2014-2024), the realization of democratic management still faces significant barriers, such as the persistence of authoritarian practices, the fragility of school councils and the instability of managers under local political pressures. It is concluded that specific training for school managers, strengthening community participation mechanisms and guaranteeing pedagogical and financial autonomy to schools are essential conditions for consolidating a truly democratic management committed to equity and educational quality.

Keywords: Democratic School Management. Community Participation. School Councils. School Autonomy. Educational Policies.

RESUMEN

La gestión escolar democrática constituye uno de los fundamentos centrales de la organización educativa contemporánea, articulando la participación colectiva, la descentralización del poder y el compromiso con la calidad de la educación pública. Este artículo tiene como objetivo analizar los principios, desafíos y perspectivas de la gestión escolar democrática en el contexto brasileño, con énfasis en las condiciones institucionales, políticas y culturales que favorecen o dificultan su implementación en las escuelas públicas. Se trata de una revisión bibliográfica de carácter cualitativo, basada en publicaciones científicas producidas entre 2018 y 2024 e indexadas en SciELO, Periódicos CAPES y Google Académico. Los resultados evidencian que, a pesar del sólido marco normativo representado por la Constitución Federal de 1988, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB/1996) y el Plan Nacional de Educación (2014-2024), la materialización de la gestión democrática aún enfrenta barreras significativas, como la persistencia de prácticas autoritarias, la fragilidad de los consejos escolares y la inestabilidad de los gestores frente a presiones políticas locales. Se concluye que la formación específica de los gestores escolares, el fortalecimiento de los mecanismos de participación comunitaria y la garantía de autonomía pedagógica y financiera para las escuelas constituyen condiciones esenciales para consolidar una gestión verdaderamente democrática, comprometida con la equidad y la calidad educativa.

Palabras clave: Gestión Escolar Democrática. Participación Comunitaria. Consejos Escolares. Autonomía Escolar. Políticas Educativas.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A gestão escolar democrática emerge, no contexto educacional brasileiro, como um princípio constitucional e como um imperativo ético para a construção de escolas comprometidas com a qualidade, a equidade e a participação. Inscrita na Constituição Federal de 1988 como um dos princípios do ensino público, a gestão democrática foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996), que determina que os sistemas de ensino devem definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades (Brasil, 1996).

Contudo, a distância entre o princípio constitucional e a prática cotidiana das escolas brasileiras ainda é pronunciada. A gestão escolar, em muitos contextos, permanece marcada por práticas autoritárias, decisões centralizadas e baixa participação das comunidades escolares nos processos de planejamento e avaliação institucional. Essa realidade coloca em questão a efetividade dos mecanismos formais de participação, como os conselhos escolares e as assembleias comunitárias, e revela os limites das reformas normativas que não vêm acompanhadas de transformações culturais e de condições materiais adequadas (Paro, 2016; Libâneo, 2018).

O presente artigo se propõe a analisar os princípios, os desafios e as perspectivas da gestão escolar democrática no contexto brasileiro, com base em revisão bibliográfica da produção científica recente. O objetivo é contribuir para o debate sobre as condições institucionais, políticas e culturais necessárias para que a gestão democrática deixe de ser uma aspiração normativa e se torne uma prática efetiva nas escolas públicas brasileiras.

A relevância do tema se justifica pela centralidade da gestão escolar na determinação da qualidade do ensino e das condições de trabalho dos profissionais da educação. Uma gestão escolar democrática, quando efetivamente implementada, contribui para a construção de ambientes escolares mais justos, mais motivadores e mais comprometidos com a aprendizagem de todos os estudantes (Luck, 2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

Fundamentos Conceituais da Gestão Escolar Democrática

O conceito de gestão escolar democrática tem suas raízes teóricas nas tradições do pensamento crítico em educação, especialmente nas contribuições de Paulo Freire sobre a participação popular e a democratização das relações pedagógicas. Freire (1987) demonstra que a educação autêntica não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediados pelo mundo. Essa perspectiva dialógica e participativa é constitutiva do conceito de gestão democrática, que pressupõe a superação das relações hierárquicas tradicionais em favor de processos coletivos de tomada de decisão.

Paro (2016) define a gestão democrática como a administração escolar comprometida com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar — professores, funcionários, estudantes e famílias — nos processos de planejamento, execução e avaliação das ações educativas. Para esse autor, a democratização da gestão escolar não é apenas um princípio organizacional, mas uma exigência ética derivada do caráter político e transformador da educação. A escola que não se organiza democraticamente contradiz, em seu próprio funcionamento, os valores que declara cultivar.

Libâneo (2018) acrescenta que a gestão democrática implica uma redistribuição do poder decisório no interior das instituições escolares, com a criação de espaços e mecanismos formais que garantam a participação efetiva de todos os segmentos. Isso abrange não apenas a eleição de diretores, mas a constituição de conselhos escolares atuantes, a elaboração coletiva do projeto político-pedagógico e a construção de uma cultura institucional de transparência, diálogo e responsabilização.

Marco Normativo da Gestão Democrática no Brasil

O arcabouço normativo da gestão democrática no Brasil é robusto. A Constituição Federal de 1988 estabelece, no artigo 206, inciso VI, a gestão democrática do ensino público como um dos princípios que regem a educação nacional. A LDB/1996 regulamenta esse princípio nos artigos 14 e 15, determinando que os sistemas de ensino assegurem às escolas públicas de educação básica progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão

financeira (Brasil, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE, Lei n. 13.005/2014), vigente até 2024, reafirma o compromisso com a gestão democrática ao estabelecer, na Meta 19, prazo para que pelo menos 90% das escolas públicas tenham conselhos escolares ou órgãos equivalentes, com representação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Essa meta, contudo, tem apresentado resultados parciais e heterogêneos entre regiões e sistemas de ensino, evidenciando a distância persistente entre a legislação e a prática (Brasil, 2014).

As políticas de eleição de diretores escolares, adotadas por um número crescente de estados e municípios brasileiros, representam um dos mecanismos mais emblemáticos da democratização da gestão escolar. A eleição direta pelo voto da comunidade escolar fortalece a legitimidade do gestor e cria vínculos de responsabilização mais sólidos com a comunidade. Contudo, a simples adoção do mecanismo eletivo não garante, por si só, uma gestão democrática, sendo necessária a constituição de práticas participativas cotidianas (Paro, 2016).

O Papel dos Conselhos Escolares

Os conselhos escolares constituem um dos instrumentos centrais da gestão democrática, operando como espaços formais de participação coletiva no planejamento, na supervisão e na avaliação das ações desenvolvidas pelas escolas. Compostos por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar — professores, funcionários, estudantes e pais —, os conselhos têm caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, podendo interferir em decisões que afetam o cotidiano escolar, incluindo a gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Entretanto, pesquisas sistemáticas sobre o funcionamento dos conselhos escolares no Brasil revelam que, na maior parte das escolas, esses colegiados apresentam funcionamento precário: reuniões irregulares, baixa participação efetiva dos membros, predominância da figura do diretor nas deliberações e desconhecimento por parte dos conselheiros sobre suas atribuições legais. Luck (2017) aponta que a fragilidade dos conselhos escolares é, ao mesmo tempo, sintoma e causa da persistência de práticas autoritárias de gestão, evidenciando que a democratização formal não se converte automaticamente em democratização real.

Autonomia Escolar e Projeto Político-Pedagógico

A autonomia escolar é condição necessária para a gestão democrática efetiva. Sem graus adequados de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, a escola não pode exercer a gestão democrática de forma plena, ficando condicionada a decisões externas que limitam sua capacidade de responder às necessidades específicas de sua comunidade. A LDB/1996 reconhece essa necessidade ao determinar que os sistemas de ensino assegurem às escolas progressivos graus de autonomia, mas a implementação concreta dessa determinação varia enormemente entre estados e municípios (Brasil, 1996).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o instrumento central da autonomia escolar e da expressão da gestão democrática. Quando elaborado coletivamente, com a participação ativa de todos os segmentos da comunidade escolar, o PPP traduz a identidade da escola, suas prioridades educacionais, suas metas e suas estratégias de ação. Veiga (2013) ressalta que o projeto político-pedagógico é, acima de tudo, um ato de coragem, pois implica ruptura com o presente e comprometimento com o futuro, exigindo da escola a capacidade de se analisar criticamente e de construir consensos em torno de uma visão compartilhada de educação.

Formação de Gestores Escolares para a Democracia

A formação específica dos gestores escolares para o exercício da gestão democrática é uma condição frequentemente apontada na literatura como determinante para a efetividade dos processos participativos. Gestores que não tiveram acesso a formação específica sobre gestão democrática tendem a reproduzir modelos hierárquicos e autoritários, não por má vontade, mas por desconhecimento de outras formas possíveis de exercer a liderança escolar (Libâneo, 2018).

Luck (2017) propõe que a formação do gestor escolar democrático deve abranger dimensões técnicas e políticas: além das habilidades de planejamento, organização e avaliação institucional, o gestor precisa desenvolver competências para facilitar processos coletivos de tomada de decisão, mediar conflitos, construir consensos e manter o foco nos objetivos educacionais mesmo diante das pressões políticas e burocráticas do cotidiano escolar. Essa formação não pode se limitar a cursos isolados, mas deve ser um processo contínuo, articulado à prática e sustentado por redes de apoio entre gestores.

Desafios Contemporâneos da Gestão Democrática

A implementação da gestão escolar democrática enfrenta, no Brasil contemporâneo, um conjunto de desafios que vão além das questões normativas e pedagógicas. No plano político, a pressão de grupos locais sobre a indicação ou eleição de diretores, a interferência de agendas político-partidárias na gestão das escolas e a instabilidade dos gestores diante de mudanças de governo comprometem a continuidade dos processos democráticos e fragilizam a autonomia escolar.

No plano cultural, a persistência de concepções hierárquicas e tecnicistas de gestão, internalizadas tanto pelos gestores quanto por parcelas da comunidade escolar, dificulta a construção de uma cultura participativa genuína. Paro (2016) observa que a participação não é algo que se decreta ou se impõe: ela precisa ser cultivada, estimulada e sustentada por condições concretas que tornem a participação significativa e efetiva para todos os segmentos da comunidade escolar.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa de natureza bibliográfica. O levantamento de referências foi realizado nas bases SciELO, Periódicos CAPES e Google Acadêmico, no período de agosto a novembro de 2024, utilizando os descritores: gestão escolar democrática, participação comunitária, conselhos escolares, autonomia escolar e projeto político-pedagógico, combinados com o operador AND.

Foram consideradas publicações entre 2013 e 2024, nos idiomas português e espanhol, publicadas em periódicos com avaliação por pares. Foram excluídos estudos sem fundamentação teórica consistente e relatos de experiência sem rigor metodológico. Ao todo, 28 referências foram selecionadas para compor a análise, complementadas pelos marcos normativos fundamentais da gestão democrática no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Gestão Democrática entre o Formal e o Real

A análise das publicações selecionadas confirma a existência de uma tensão persistente entre o modelo formal de gestão democrática, estabelecido pela legislação educacional brasileira, e a realidade concreta das escolas públicas. Essa tensão não decorre apenas da insuficiência do arcabouço normativo, que é amplo e bem articulado, mas das condições estruturais, culturais e políticas que dificultam a tradução das normas em práticas cotidianas de participação e compartilhamento do poder (PARO, 2016).

Os estudos analisados identificam que as escolas com maior efetividade na implementação da gestão democrática tendem a compartilhar um conjunto de características: gestores com formação específica em gestão educacional, conselhos escolares atuantes e capacitados, projeto político-pedagógico construído e revisado coletivamente, e uma cultura institucional que valoriza a participação como prática cotidiana e não como evento excepcional (Luck, 2017; Libâneo, 2018).

Conselhos Escolares: Potencialidades e Limites

Os conselhos escolares emergem na literatura como o mecanismo com maior potencial transformador para a democratização da gestão escolar, mas também como aquele que apresenta maiores fragilidades na implementação. As pesquisas analisadas revelam que a maioria dos conselhos escolares ainda funciona de forma esporádica, com baixa representatividade real dos diferentes segmentos e com pouca interferência efetiva nas decisões estratégicas da escola.

Contudo, experiências bem-sucedidas documentadas na literatura demonstram que conselhos escolares fortalecidos, com membros capacitados e com respaldo da gestão, são capazes de ampliar significativamente a participação da comunidade nas decisões escolares, contribuindo para uma distribuição mais equitativa dos recursos, uma maior responsabilização dos gestores e um aumento do senso de pertencimento e de comprometimento de toda a comunidade com os resultados educacionais (Luck, 2017).

Eleição de Diretores e Legitimidade da Gestão

A eleição de diretores escolares pelo voto da comunidade é apontada pela literatura como um dos mecanismos mais eficazes para fortalecer a legitimidade da gestão e ampliar os vínculos entre escola e comunidade. Pesquisas comparativas entre escolas com diretores eleitos e escolas com diretores indicados politicamente demonstram que as primeiras tendem a apresentar maior engajamento da comunidade, maior estabilidade de gestão e melhores índices de participação em projetos coletivos (Paro, 2016).

Contudo, a eficácia da eleição de diretores depende de condições complementares que nem sempre estão presentes. A ausência de candidatos com perfil adequado, as pressões políticas locais sobre o processo eleitoral e a falta de mecanismos de formação e acompanhamento dos diretores eleitos são fatores que podem comprometer os resultados esperados desse mecanismo. A eleição, portanto, é condição necessária mas não suficiente para a democratização da gestão escolar.

O Projeto Político-Pedagógico como Instrumento de Democracia

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) emerge na literatura como o instrumento mais poderoso de expressão da identidade e da autonomia escolar. Quando construído de forma verdadeiramente coletiva, o PPP traduz os valores, as prioridades e as estratégias de uma escola comprometida com sua comunidade e com os objetivos educacionais que ela mesma definiu como relevantes.

Entretanto, as pesquisas analisadas revelam que, na maioria das escolas brasileiras, o PPP ainda é elaborado de forma burocrática e centralizada, sem a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar. Em muitos casos, o documento é construído exclusivamente pela direção e pela coordenação pedagógica, ficando desconhecido pela maior parte dos professores, funcionários e famílias. Esse esvaziamento participativo compromete tanto a qualidade do documento quanto sua capacidade de orientar as práticas cotidianas da escola (Veiga, 2013).

Perspectivas para a Consolidação da Gestão Democrática

A síntese dos resultados aponta para um conjunto de condições e estratégias que, segundo a literatura, favorecem a consolidação da gestão escolar democrática. A formação continuada de gestores escolares, centrada não apenas em habilidades técnicas mas também em competências para a facilitação de processos coletivos, emerge como prioridade consensual. Gestores que compreendem a democracia não como ausência de liderança, mas como forma mais eficaz de exercê-la, tendem a criar condições mais favoráveis para a participação genuína da comunidade.

O fortalecimento dos conselhos escolares, por meio de programas de capacitação dos conselheiros e de garantia de condições materiais para o funcionamento regular dos colegiados, é outra estratégia amplamente recomendada. A revisão das políticas de eleição de diretores, com a inclusão de critérios de formação mínima e mecanismos de acompanhamento e avaliação do desempenho dos gestores eleitos, também emerge como demanda recorrente na literatura (Libâneo, 2018).

Finalmente, a construção de culturas escolares democráticas exige tempo, persistência e comprometimento coletivo. Não é possível decretar a democracia escolar: ela precisa ser vivida, praticada e continuamente reinventada à luz dos desafios e das oportunidades concretas que cada escola enfrenta em seu contexto específico (Freire, 1987; Paro, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar democrática permanece, no Brasil contemporâneo, simultaneamente como conquista e como projeto inacabado. A análise da literatura revisada confirma que os avanços normativos alcançados ao longo das últimas décadas são significativos e representam uma base sólida para a democratização da gestão educacional. Contudo, a distância entre as normas e as práticas ainda é pronunciada, exigindo esforços sistemáticos e articulados em múltiplas dimensões para que os princípios constitucionais se convertam em realidade cotidiana nas escolas públicas brasileiras.

Os resultados da revisão bibliográfica apontam que a consolidação da gestão democrática requer investimentos simultâneos em formação de gestores, fortalecimento dos conselhos escolares, garantia de autonomia pedagógica e financeira às escolas e construção de culturas institucionais participativas. Nenhum desses elementos, isoladamente, é suficiente para produzir

a transformação necessária. É a articulação entre todos eles, sustentada por políticas públicas consistentes e de longo prazo, que cria as condições para uma gestão escolar verdadeiramente democrática (Paro, 2016; Luck, 2017).

A gestão democrática não é um destino final, mas um processo permanente de construção coletiva. Uma escola democrática é uma escola que aprende continuamente a ser mais democrática, enfrentando suas contradições internas com coragem, diálogo e comprometimento com os valores que a educação pública deve encarnar. Recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação sobre os modelos de formação de gestores mais eficazes para o fortalecimento da gestão democrática, bem como sobre o papel das políticas de financiamento da educação na criação das condições materiais necessárias para a participação comunitária efetiva nas escolas públicas brasileiras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 5 jun. 2026.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2018.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2017b.

LUCK, H. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MENDONÇA, E. F. A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 7-19, nov. 2001. DOI: 10.1590/S0101-32622001000300002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/mGNqxJCqBqB7TBmNfnvbBw/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PARO, V. H. Diretor escolar: educador ou gerente? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 824-841, jul./set. 2018. DOI: 10.1590/198053145397. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/MgH5nK3vknSm5YPxFV4Wz8g/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, A. R. de. Perfil da gestão escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 131, p. 541-564, maio/ago. 2007. DOI: 10.1590/S0100-15742007000200014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jLJQDmTGJbthFXCNcpqJXwK/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 29. ed. Campinas: Papyrus, 2013.

WERLE, F. O. C. Conselhos escolares: implicações na gestão da escola pública. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 39, p. 163-184, abr./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xbWfk8CjvgK7hSM95TdVKKC/>. Acesso em: 10 jun. 2026.